



Motivações culturais nos retratos do Diferente na mídia¹

Ingrid GOMES²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP.

RESUMO

Este artigo busca pensar as motivações culturais e históricas na formação dos retratos e caricaturas do Diferente, como Outro, na mídia atual. Para isso recupera a formação do Diferente na antropologia cultural, sua consolidação e uso pelos poderes sociais históricos, até a retomada do termo pela mídia. Como exemplo dessa reflexão o artigo descreve as análises do Islã e do Oriente Médio na visão do pesquisador Edward Said, e nas observações discursivas da Folha de S. Paulo sob a ótica da análise de discurso.

Palavras-chave: História do Diferente; poder cultural; mídia e Oriente Médio.

Introdução

“Se ele é o homem comum de nossa época, sua universalidade pode estar em seu dilema” (SENNETT, 1999, p.33). Numa época histórica em que as realidades vislumbradas pela sociedade existem a partir dos retratos interpretados pelos meios de comunicação, pode-se afirmar que a “universalidade” do homem, à qual Sennett declara na epígrafe também recebe influência maciça das representações do cenário midiático e de suas forças de poder na formação da história recente.

Há exemplos do cotidiano afirmando que a realidade trazida pelos meios de comunicação é, simplesmente, a realidade. Por exemplo, ouve-se dizer: “— Acho que ninguém mais morreu no terremoto do Chile”. Se alguém pergunta o porquê, a resposta costuma ser: “— A televisão não mostrou mais nada”. Portanto, pensar na universalidade do homem, hoje, significa, em uma linha de estudo da história, validar a importância que os meios de comunicação exercem na sociedade. Avançando: se os

¹ Trabalho apresentado ao DT-6 Interfaces Comunicacionais, no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Mestra em Comunicação Social pela UMESp, Especialista em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professora de Jornalismo Laboratório e de Orientação de TCC no Instituto Superior de Ciências Aplicadas (Isca-Faculdades). É diretora de Pesquisa e Documentação da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Marketing Político (Politicom). Foi sócia fundadora da Empresa Saúde S/a em São Paulo, onde era redatora editorial, e trabalhou como Jornalista Responsável na editora Latin Med em Piracicaba e, posteriormente, São Paulo. E-mail: ingridgomessp@yahoo.com.br.



meios de comunicação proporcionam ou não a existência das informações, por meio da visibilidade ou da ocultação das mesmas, deve-se compreendê-los num cenário de realidades construídas e representadas a fim de procurar entender quais são os elementos de conexão com as possibilidades de criação desse processo informativo.

Nesse sentido, pode-se elencar outra questão importante: a legitimação dessas representações a partir dos retratos traçados por esses meios de comunicação. Ou seja, as significações que são transmitidas assumem papel vivo e, costumeiramente, tornam-se reais e são identificadas pela sociedade como expressões de uma realidade humana e social, potencializando, assim, seus conteúdos e processos de produção.

Portanto, quando Peter Burke e Asa Briggs pontuam que “[...] a necessidade de informação em cada idade foi associada com a necessidade de controlar o presente e o futuro por motivos pessoais, políticos e econômicos” (2004, p.267), tende-se, na área investigativa, a valorizar a produção da informação e tentar compreender como são desenvolvidos os retratos informativos da comunicação, atualmente, a visualizar, num contexto específico, os “motivos políticos e econômicos”, suas conexões com grupos, pessoas e empresas, e a inventariar as funções sociais de controle e poder que estão em desenvolvimento nos meios de comunicação.

Por exemplo, assuntos internacionais têm repercussão e importância histórica, bem como geram complexas reflexões pelo seu poder intrínseco. Segundo autores da sociologia e da antropologia social, em especial os que estudam a divisão do mundo em civilizações, concentração de poderes e impérios econômicos e culturais, o fator informação internacional, desenvolvido como produto pelos meios de comunicação, tem gerado à cultura comunicacional global importância política e, mesmo, ideológica.

O pesquisador Liu Binyan, atual diretor da *Princeton China Initiative*, publicou o texto “Enxerto de civilizações. Nenhuma cultura é uma ilha”, na *Foreign Affairs*, no qual comenta que, no atual conflito entre as nações, as fontes predominantes de tensão são de ordem política, econômica e social, pontuando três questões de destaque dentro dessas ordens: “perturbações econômicas, xenofobia e populismo”.

A Guerra Fria acabou, mas as guerras quentes estão sendo travadas em mais de trinta países e regiões. A imigração dos territórios pobres para as nações ricas e o influxo de pessoas das zonas rurais para as cidades alcançou volume sem precedentes, constituindo o que o Fundo das Nações Unidas para a População chama de ‘a atual crise da humanidade’ (BINYAN, 1993, p.153).



Para isso, se faz necessário compreender o caminho que o diferente ocupa na sociedade atual, levando em consideração sua explicação histórica e antropológica.

Pontos da História

A pesquisadora Paula Monteiro, no artigo “Globalização, identidade e diferença”, publicado na Revista *Novos Estudos*, propõe discutir como as relações globais recuperam a ideia de diferente a partir das forças que constroem seus papéis simbólicos.

Pontuado como bárbaro e automaticamente como inferior, o diferente foi da Antiguidade até a Idade Média rotulado como não humano, por estar fora do domínio da lei. E, como traço conceitual, passou como herança para a Idade Moderna “[...] os preconceitos gregos contra sociedades não-urbanas, sem comércio ou moeda, sem propriedade e não articuladas territorialmente” (MONTEIRO, 1997, p.49). Contudo, a essa constatação envolveu-se mais roupagens e criações históricas a partir da entrada do cristianismo e das grandes conquistas territoriais, respectivamente, nos séculos XV e XVI.

Mas foi com a entrada da antropologia como área do conhecimento, em específico com a linha evolucionista, que se norteou o diferente, o Outro, como primitivo, dito de outra maneira, na concepção da história natural, instituíram, em meados do século XVIII, a invenção do primitivo como ancestral do civilizado. Nascendo, com base na ascendência da antropologia física, a biologia, como ordenadora das categorias dos seres, compôs o atributo da cor como medição da linha evolucionista do ser humano. “A construção da ideia de raça talvez tenha sido a imagem mais pervasiva e convincente da percepção da diferença no mundo contemporâneo” (MONTEIRO, 1997, p.50). Asfixia, assim, qualquer possibilidade de reconhecer o diferente como legítimo.

No caminho dos estudos antropológicos do Outro, a vertente do funcionalismo colaborou, logo após a linha evolucionista, para uma percepção do Outro que o diferencia em termos de contexto e de lugar físico. Isso discorre da passagem da ideia evolucionista da unidade constitucional da natureza humana para, na funcionalista, significar divisões dessa unidade em uma variação de subdivisões.

[...] à ideia evolucionista de “civilização” como “sociedade mais avançada” se agrega um sentido novo: a civilização começa a ser pensada como um processo autônomo; as culturas podem aceitar ou rejeitar esse caminho, que deixará de ser percebido como destino comum e último da humanidade. É claro que esta percepção só poderá

estabelecer-se no momento em que começa a tornar-se evidente o fato de que ou os nativos eram incapazes de civilizar-se ou, simplesmente, eram resistentes à civilização (MONTEIRO, 1997, p.54).

Portanto, ao passo que a linha funcionalista tem influência do momento histórico de encarar o processo civilizatório como independente e, ao mesmo tempo, natural da humanidade, sobrepõe-se ao Outro como portador de especificidades culturais e outras particularidades, introduzindo uma ideia de etnia e, posteriormente, de identidade, principalmente por entender a cultura local como particular e portadora de costumes, valores e diferenciações próprias. E o “[...] que a antropologia havia descrito, a partir do distanciamento geográfico, em termos de etnia se transforma no interior das nações em reivindicações de etnicidade.” (MONTEIRO, 1997, p.56).

Para tanto, essa variação heterogênea de identidades gerou, do século XX até a data atual, reivindicações políticas de autenticidade social. E como a antropóloga evidencia, o conceito de identidade pode ser encarado como “[...] performance simbólica capaz de realizar politicamente a realidade que se propunha elucidar.”. Percepção que, posteriormente, foi influenciada com as graves crises sociais de etnicidade nacionais, o que fez com que os antropólogos se distanciassem progressivamente da visão essencialista de identidade para entendê-la a partir de um conceito relacional (MONTEIRO, 1997, p.57).

Ao retomar a visão histórica do Diferente na sociedade, a autora avança pontuando como o conceito foi se deslocando para um contexto mais ideológico, mesclado de readaptações, conforme os interesses em disputa.

Olho para o passado a partir da problemática do presente, na qual se percebe com clareza uma apropriação política do jogo das diferenças, para propor que as representações não são simplesmente expressões simbólicas de realidades materiais, mas sobretudo apresentações, como diria Bourdieu (1989), das realidades que se quer ao mesmo tempo conhecer e dominar (1997, p.49).

Consequentemente, “[...] não é mais a diferença que interessa nela mesma, mas o jogo de forças que organiza o campo de sua construção simbólica.” (MONTEIRO, 1997, p.59). Isso faz com que a sociedade seja obrigada a entender o processo de constituição da diferença cultural, bem como suas interconexões com os poderes de constituição por que, como afirma a antropóloga, deve-se pensar a quem interessa a diferença.



Para tanto, a articulação do Diferente na sociedade atual midiaticizada recupera, além desse norte antropológico, posicionamentos políticos do imperialismo cultural entre as nações. A própria ideia de tolerância ao diferente, ao Outro se enviesa em um conceito concreto e, ao mesmo tempo, relativo. Concreto por embasar até juridicamente consensos de atitudes e valores, e relativo por estar de acordo com as perfumarias do cenário moralizante desses contextos culturais de superioridade.

A problemática inicial, nesse sentido, é ter ciência que o Diferente, na constituição histórica revisitada pelo olhar antropológico, ganha roupagem moderna, sendo inserido numa lógica maniqueísta de geografia de poder, pois, se esse Diferente é o subalterno na escala do imperialismo cultural dado atualmente, ele certamente sofrerá agregações pejorativas e discriminatórias quando confrontado com opiniões de interesse. Portanto, é oportuno compreender também quais são as características de categorização morais que evidenciam a formação dos valores sociais em uso e como os mesmos colaboram para a negação do Outro e suas disposições sociais.

O Diferente na Mídia

O terreno de encontro das atribuições superiores de valoração se dá na prática cotidiana e, em parte, pela comunicação. Pode-se diagnosticar com maior visualização no jornalismo internacional. E, como princípio chave, parte-se do entendimento de que o jornalismo reporta fatos e informações os quais se nutrem das transformações culturais do seu tempo e que o processo cultural deve ser compreendido como um momento da história em que as narrativas se consolidam como posicionamentos reais de entendimento do mundo.

A ideia da formação e consolidação dos Outros no cenário midiático deve ser refletida junto aos seus interpostos e, obrigatoriamente, ser contextualizada à luz das produções culturais e históricas que a permeiam.

Uma dessas influências — bem definida, mas nem sempre clara — no processo de construção desse Outro na mídia, é de virtude moral e, ao mesmo tempo, ideológica e de interesse econômico. Quando se pensa no retrato traçado pelos veículos do Ocidente sobre o mundo muçulmano, evidenciam-se características de estereotipização e um arsenal de ligações preconceituosas. Nesse sentido percebe-se uma sobreposição de valores soberanos do Ocidente, subalternizando os valores do Oriente. Massacrado, esse Oriente é denominado como cultura “menor” e de elementos “arcaicos” na linha do anti-civilizado apontada pela antropóloga Paula Monteiro na reflexão da história do Outro, acima mencionada.



O estudioso sobre Orientalismo, Edward W. Said, conceitua a visão rotulada pelo Ocidente sobre o Oriente como Orientalismo, afirmando que o retrato do Oriente foi e é uma invenção estratégica do Ocidente. O teórico Said pontua também os países que culturalmente influenciaram com maior intervenção política na construção dessa invenção. Remete à França e à Inglaterra a influência do século XVIII ao XIX e aos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Minha ideia é que o interesse europeu e depois americano no Oriente era político, segundo alguns dos óbvios relatos históricos que apresentei, mas que foi a cultura que criou esse interesse que atuou dinamicamente junto com a lógica política, econômica e militar bruta para fazer do Oriente o lugar variado e complicado que ele evidentemente era no campo de estudo que chamo de Orientalismo (SAID, 2003, p.40).

Contudo, o que Said entende como Orientalismo vai além de um conceito formulado pelo retorno das práticas sociais no Oriente pelo Ocidente, como pontua: “Orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia européia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que por muitas gerações tem-se feito um considerável investimento material.” (SAID, 2003, p.33). E uma questão que se deve respeitar sobre essa formulação histórica é a compreensão da presença de uma força consolidada desse discurso orientalista. “[...] Seus laços muito próximos com as instituições do poder político e socioeconômico, e sua persistência formidável.” (SAID, 2003, p.33).

Na efetivação do campo simbólico sobre o Oriente, no que Said chama de Orientalismo, age o posicionamento políticoeconômico na atuação das estratégias governamentais e outras, contudo, o intelectual afirma que são as produções culturais que possibilitam o enraizamento desse Orientalismo e suas visões ao mundo, por meio da cultura na sociedade civil, seja por instituições educacionais, empresas de mídia, instituições terceiras ou ainda por outros órgãos que desempenham papel cultural norteador de conhecimento e de práticas sociais.

Em termos de ilustração histórica, por exemplo, pode-se usar a crise da Guerra do Vietnã (1959-75) em que os Estado Unidos se viam perdendo parte do status de potência mundial frente ao território do Vietnã do Norte, que recebia influência soviética, o que depois potencializou os conflitos entre EUA e União Soviética, culminando no desfecho da Guerra Fria e na polarização da economia política entre



Comunismo e Capitalismo. A questão desse contexto da Guerra do Vietnã e, posteriormente, da Guerra Fria emergiu, nos EUA, numa onda cultural, medida com maior popularidade pelos filmes de ascendência do nacionalismo, que estaria sendo perdido na sociedade americana em razão do conflito e de suas perdas evidentes. O filme, que especialmente emergiu no cenário e que proliferou o nacionalismo na sociedade americana, foi a saga protagonizada por *Sylvester Stallone*, “Rambo: programado para matar” (*First Blood*, 1982). Segundo um apurado inventário, Douglas Kellner, em “A Cultura da Mídia”, levanta explicações epistemológicas de como a cultura ao nacional (o chamado ao nacionalismo), a importância de lutar pela pátria americana foi direcionada na saga dos filmes de *Stallone*, colaborando a sociedade uma homogeneização cultural acerca do conflito e redirecionando a imagem dos EUA como fraco e descaracterizado de sua forma grandiosa e potente, como estava no período, para um retrato de bondoso e alicerçado em atos de importante intervenção mundial.

Além de a saga tornar os EUA e o guerreiro-herói americano vitoriosos, em razão de superarem a “síndrome do Vietnã”, como aponta Kellner (2001, p.88), evidencia, portanto, uma incapacidade americana de aceitar a posição de perdedores:

[...] também apresentam uma compensação simbólica para a perda, a vergonha e a culpa ao retratarem os Estados Unidos como “bonzinhos” e daquela vez vitoriosos, enquanto seus inimigos comunistas são representados como encarnação do “mal”, então alvo de derrota bem merecida. Nessas fantasias cinematográficas, é sempre o “inimigo” que realiza atos viciosos e maldosos, ao passo que os americanos são virtuosos e heróicos. Cumulativamente, os filmes de retorno ao Vietnã exibem uma reação defensiva e compensatória à derrota militar no Vietnã e, diríamos, uma incapacidade de aprender as lições das limitações do poderio americano e da complexa mistura de “bem” e “mal” presente em quase todos os cometimentos históricos (KELLNER, 2001, p.88).

Portanto, é interessante “[...] traçar as articulações pelas quais as sociedades produzem cultura e o modo como a cultura, por sua vez, conforma a sociedade por meio de sua influência sobre indivíduos e grupos.” (KELLNER, 2001, p.39).

Foi nesse sentido que o Oriente também se aproximou das nações ocidentais, contudo, com cargas e imagens negativas e inferiores, visto sua conotação cultural diferente. “Se o mundo se tornou imediatamente acessível a um cidadão ocidental que vive na era eletrônica, o Oriente dele se aproximou, sendo agora talvez menos um mito do que um lugar entrecruzado por interesses ocidentais, especialmente americanos.” (SAID, 2003, p.58).



Um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno¹⁰ é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia têm forçado as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e os estereótipos culturais intensificaram o domínio da demonologia imaginativa e acadêmica do “misterioso Oriente” do século XIX (SAID, 2003, p.58).

É na afirmação que Said faz da importância do estudo sobre o Orientalismo que se evidencia seu elemento conceitual político, o qual fundamenta seu uso e apreciação pelo Ocidente, e, segundo o autor, essa visão foi imposta ao Oriente por este ser mais fraco e pela razão dessa fraqueza significar ao Ocidente uma diferença histórica de imperialismo (SAID, 2003, p.227).

Para tanto, é evidente ressaltar que as afirmações escritas sobre o Oriente baseiam-se muito pouco no próprio Oriente; dele não podem depender instrumentalmente.

Ao contrário, a afirmação escrita é uma presença para o leitor em virtude de ter excluído, deslocado, tornado supérflua qualquer coisa real como o “Oriente”. Assim, todo o Orientalismo representa e se afasta do Oriente: o fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente, e esse sentido tem uma dívida direta com várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente visível, claro, “presente” no discurso a seu respeito. E, para obter os seus efeitos, essas representações se baseiam em instituições, tradições, convenções, códigos consensuais de compreensão, e não num distante e amorfo Oriente (SAID, 2003, p.52).

A razão pela qual essas representações são bem sucedidas em estratégia política, econômica e cultural pode ser medida nas mais diferentes ações do cotidiano, desde caracterizações preconceituosas dos traços culturais desse Oriente, como menosprezos

¹⁰ Nota da autora. Alguns autores-chave explicam sobre o momento histórico da pós-modernidade como: A passagem da modernidade sólida para a “outra” modernidade, a líquida, bem como a ideia da fluidez das relações sociais que se moldam dependendo do espaço que ocupam, portanto transitórias por natureza (BAUMAN, 2001; 2007). Outra questão do período histórico: a ambiguidade do efêmero e do imutável a exemplo do capitalismo e a alteração da relação de espaço e tempo (HARVEY, 1992). Na área mais específica da cultura, a criação de estereótipos pela cultura da mídia que produziu novos modelos de valores e pensamentos, substituindo instituições como a igreja ou a escola, e moldando o sujeito de acordo com o gosto e pensamento da cultura de massa, incluindo absurdas quantidades de informação e imagens sobrecarregando o indivíduo (KELLNER, 2001). Para Sennett (1999), algumas mudanças que ocorreram a partir do século XVIII influíram na percepção que as pessoas tinham de um domínio de vida pública e de um domínio privado. A obra de Anthony GUIDDENS, Mundo em descontrolo (2003), também é imprescindível para descrever a tendência da modernidade tardia na globalização. “Vivemos num mundo de transformações que afetam quase todos os aspectos do que fazemos para o bem ou para o mal. Estamos sendo impelidos rumo a uma ordem global que ninguém compreende plenamente, mas cujos efeitos fazem sentir sobre todos nós” (GUIDDENS, 2003, p.78).



mais refinados, no sentido subliminar, como o desprestígio da dificuldade da língua falada e escrita do Oriente e, com isso, há pouco registro de traduções da literatura local.

A mundialização desse conhecimento do Outro deve ser examinada à luz do conceito de fluxo e contrafluxo, da antropologia cultural, pois é interessante compreender as civilizações “[...] não como objetos estáticos, mas como processos limitados de fluxo no tempo” (KROEBER apud HANNERZ, 1997, p.11). Teóricos sociais já consolidam a palavra “fluxo” como transdisciplinar e a entendem como “[...] fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens: e, por isso, economistas, demógrafos, pesquisadores da mídia, geógrafos e outros profissionais, todos lidam com os fluxos.” (LASH; URRY apud HANNERZ, 1997, p.10).

A ideia de fluxos torna-se necessária à medida que se visualiza suas direções na sociedade contemporânea. De início, é imprescindível descartar uma falsa compreensão sobre “as direções dos fluxos culturais” para não cometer o erro da simplificação sobre conceitos entrecruzados às correntes teóricas em estudo. Quando se remete a fluxos de culturas, automaticamente deve-se negar que não é por que se ganha num lugar que se perde na origem, eliminando o entendimento prévio de pureza e esvaziamento cultural, quando se trabalha com a ideia de fluxo cultural, mas, o que se pode afirmar é a existência de uma reorganização da “cultura no espaço” (HANNERZ, 1997, p.12).

Na lógica dessa reorganização, vê-se redes assimétricas de fluxos culturais, principalmente, quando se relaciona os posicionamentos imperialistas da história, em especial nos últimos dois séculos. Por exemplo:

Na disseminação de algumas habilidades fundamentais e formas institucionais centrais que denominamos coletivamente como modernidade: e o caso de certos tipos de educação básica e superior de origem ocidental, práticas administrativas ou biomedicina (mesmo quando adotadas de forma não exatamente igual ao original) (HANNERZ, 1997, p.14).

O antropólogo social Ulf Hannerz explica que a “[...] história acumula correntes de fluxo cultural em padrões cambiantes” (1997, p.14) e que, nesse sentido, houve um aceleração do complexo de assimetrias da Europa dos séculos XIX e XX, gerando e incentivando outras variações; no Ocidente, de fluxos e contrafluxos no mundo. Contudo, salienta que mesmo diante desse horizonte admirável de produção cultural, ainda se delimitam os centros das periferias. E se avança na discussão que os



significados e nomenclaturas dados a esses pontos culturais também seguem os níveis de imperialismo cultural, na lógica econômica de poder.

O autor ainda propõe contextualizar a ideia de fluxos e contrafluxos culturais a partir do entendimento de cultura como um processo para que as questões acerca do seu significado possam ser problematizadas. E afirma que os fluxos culturais não devem ser vistos como uma questão de simples transposição,

[...] simples transmissão de formas tangíveis carregadas de significados intrínsecos. Ela deve ser vista como originando uma série infinita de deslocamentos no tempo, às vezes alterando também o espaço, entre formas externas novamente; uma seqüência ininterrupta carregada de incertezas, que dá margem a erros de compreensão e perdas, tanto quanto a inovações (HANNERZ, 1997, p.15).

Atualmente, os fluxos culturais, quando percorrem distâncias territoriais, estão se tornando, com os impactos locais em que se esbarram, cada vez mais polimorfos. Em termos ilustrativos, para compreender a ideia do polimorfo na pesquisa, imagina-se um casal de recém-namorados, ele palestino, ela brasileira, que se encontrara no Brasil, no Rio de Janeiro. Um não fala fluentemente a língua do outro e, ao se encontrarem no Brasil, recebem influência de alguns setores da sociedade, alguns com maior impacto sobre as representações que fazem do outro, criam diferentes formas de se olharem, cristalizando pessoalmente novas, velhas e outras características culturais acerca do que são.

À medida que a cultura se move por entre correntes mais específicas, como o fluxo migratório, o fluxo de mercadorias e o fluxo da mídia, ou combinações entre estes, introduz toda uma gama de modalidades perceptivas e comunicativas que provavelmente diferem muito na maneira de fixar seus próprios limites; ou seja, em suas distribuições descontínuas entre pessoas e pelas relações. Em parte, elas impõem línguas estrangeiras, ou algo parecido, no sentido de que a mera exposição não é o mesmo que compreender, valorizar ou qualquer outro tipo de apropriação (HANNERZ, 1997, p.18).

A cristalização de retratos acerca desse Outro se deve, em parte, pela constituição histórica de valores universais, advindos da formação e configuração global de direitos imperialistas e, posteriormente, do direito soberano e do próprio conceito de Império.

Pensar em formação de Império, na sociedade contemporânea, torna necessário compreender o elo da história com a emancipação e desenvolvimento do capitalismo e



suas práticas globalizacionais. O que antes era um conflito ou competição entre diversas potências imperialistas, hoje, tem se modificado para o ordenamento de apenas um poder, essencializa e legitima uma única força, uma “[...] noção comum de direito decididamente pós-colonial e pós-imperialista” (HARDT & NEGRI, 2001, p.27). Esse poder não está em uma nação, como se pensava na articulação social dos séculos XIX e até fins do XX, como Estados Nação, configura-se, no final do século XX e início do XXI, em uma nova realidade, inaugurando também uma nova noção de direito: “[...] um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolverem conflitos” (HARDT & NEGRI, 2001, p.27).

O Império está surgindo hoje como o centro que sustenta a globalização de malhas de produção e atira sua rede de amplo alcance para tentar envolver todas as relações de poder dentro de uma ordem mundial – e ao mesmo tempo exibe uma poderosa função policial contra novos bárbaros e escravos rebeldes que ameaçam sua ordem (HARDT & NEGRI, 2001, p.37).

Os sociólogos Michael Hardt e Antonio Negri, em *Império* (2001), salientam que essas mudanças sociais se relacionam “[...] não apenas à lei internacional e às relações internacionais mas também às relações de poder no plano interno de cada país.” (HARDT & NEGRI, 2001, p.28).

Por isso que contextualizar e problematizar os valores universais e a formação de práticas imperialistas contribuem no entendimento complexo das relações de poder na ordem mundial em vigor.

Exemplo & Análise

Para exemplificar, nesse aspecto empírico, um assunto internacional explorado por um meio impresso de grande influência no País pode, ao longo de seu retrato, ser abordado de maneira que reforce essa “crise da humanidade”, ou mesmo, salientar outros pontos complicados na lógica internacional contemporânea.

Numa análise das reportagens da editoria internacional da Folha de S. Paulo há um exemplo concreto:

A reportagem⁸ escrita pelo repórter Sérgio Dávila expõe sobre a mudança de foco no relatório americano sobre a dedicação às atividades terroristas ter se tornado

⁸ DÁVILA, Sérgio. Instabilidade econômica vira caso de política. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p.A-16, 08 março 2009.

ponto crucial na atual geopolítica da instabilidade econômica mundial. Nesse sentido, com base em uma fonte oficial, o Diretor Nacional de Inteligências dos EUA, Dennis Blair, Dávila problematizou que, se a crise econômica pendurar dois anos, a chance de instabilidade econômica pode ameaçar regimes políticos. A ideia faz jus ao título: “Instabilidade econômica vira caso de política”. A especulação dessa informação é justificada como fato jornalístico por tratar de dados advindos de pesquisa da CIA, como se explica ao longo da reportagem. Entretanto, a outra fonte, secundária, um historiador que o repórter traz para sair do oficialismo, é justamente um argumento confrontador do novo “eixo” do governo Obama. O historiador Niall Ferguson cunhou o termo “eixo do tumulto”, em inglês, “axis of upheaval”, que entrou em um relatório-lista de problemas internacionais aos quais os EUA devem se ater; o termo, como comenta o repórter, substitui o “eixo do mal”, em inglês, “axis of evil”, da “era de Bush”.

A retomada da expressão “eixo do mal”, determinada no exercício das atividades políticas do ex-presidente americano, Bush, e a aproximação da mesma com as primeiras decisões do novo governo americano de Obama, propõem, na sutil comparação, possível desgaste diplomático, ao passo que se denota um consenso negativo e, ao mesmo tempo polarizado, da ideia de “eixo do mal”. A atual proposta de “eixo do tumulto” já sofre, pelo precedente comparativo, um desgaste e se constitui uma imagem conturbada, não neutra, e muito menos positiva. Contudo, a reportagem acaba gerando, com essa exposição, a construção dos EUA na retaguarda de gestor político mundial, comandando subliminarmente uma ideia imperialista de governo.

Mesmo se apoiando na fala do historiador, Dávila cria um clima que naturaliza a soberania dos EUA de governar e de poder desenvolver comportamento incisório na política externa. A condução da reportagem nesse sentido, sem problematizá-la, leva a informação a se apoiar num sentido de confronto e de ausência de alteridade.

Abaixo da fotografia, que ilustra a reportagem ao lado, há um infográfico explicativo de título: “Na mira da CIA”, e linha fina: “Principais focos de instabilidade ficam sob foco da inteligência americana”. No infográfico explica-se o que a CIA visualiza como problema para os EUA em decorrência da atual instabilidade econômica, mas não cita o relatório da CIA como fonte do infográfico. No tópico “crise humanitária”, há o desenho de uma caveira, símbolo cujo significado remete à morte, medo, terror, ao não permitido, ao tóxico, dependendo do contexto em que é empregado; no item está escrito: “o temor é que a queda de crescimento global afete o



continente mais pobre do mundo como um todo, causando uma crise humanitária sem precedentes e desestabilizando governos fracos, principalmente na zona subsaariana”, se referindo, no desenho, ao continente africano.

No outro item sobre “Petro-Estados”, destaca a diminuição do valor do barril do petróleo e, sob o título “Instabilidade”, afirma-se: “Há o outro lado da moeda: o enfraquecimento das atuais administrações venezuelana, russa e iraniana não é necessariamente má notícia para os EUA”, que o repórter coloca em confronto os países citados com os EUA. Da mesma forma que, ao falar de um possível retorno dos países do leste europeu, com a influência da Rússia, em razão da grave crise econômica, ressalta em vermelho, no título: “Sombra Russa”.

Os elementos em destaque na análise do infográfico prejudicam um entendimento de alteridade, pois a cada estereótipo encontra-se uma afirmação especulativa e de caráter moralizante, vinculando os sentidos às formas de mal (no caso da caveira), levar vantagem (no caso da baixa do Petróleo) e inimigo (no caso da “sombra da Rússia”). A narração discursiva com essa abordagem destoa do multilateralismo político e cristaliza a ideia de que ao falar de temas político-internacionais deve prevalecer o confronto e a diferença imperialista-subordinado entre os citados. Postura esta que impede qualquer aproximação com a alteridade.

Finalizando

Nesse sentido, parte-se do princípio de que as palavras denotam um posicionamento performático⁹, ou seja, intencionam ações. Para tanto, o teórico e professor de Comunicação Social, Aidar Prado, comenta sobre o entendimento de um discurso performático: “As palavras podem ferir, retirar o contexto: receber uma agressão verbal é como tomar um tapa na cara. Ser nomeado pode ser traumático, pois coloca performaticamente o sujeito num lugar disforizado de discurso, causando um incômodo corporal” (PRADO, 2003, p.03). Contudo, o peso dos sentidos que expressam as palavras e a conjuntura a qual elas são inseridas interfere e limita o pensamento dos receptores, no caso da análise, os leitores. Além do entendimento prévio do discurso performático das palavras, é importante verificar o valor social que assuntos internacionais podem gerar no consciente coletivo, na extensão de dias, meses, anos e que podem ser transferidos de geração a geração. Todavia, os temas referentes ao

⁹ A ideia de performático, segundo Austin (apud PRADO, 2003, p.01), é quando a “[...] linguagem não é mais pensada exclusivamente como comunicação de sentido, que escorre de um enunciador, via um canal, rumo a um enunciatário, mas um campo em que palavras têm força de lei”.



internacional ganham, além de sua dimensão contextual, interesse da comunicação em compreendê-los nas suas relações com o Outro (o outro Islã, o outro não democrático, ou seja, o outro que difere do consenso sócio-cultural) e na forma como são abordados no campo geoeconômico de poder na sociedade.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. Soberania Sem Territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: USP, n.49, p.33-46, 1997.
- ARRUDA, Ângela (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BINYAN, Liu. Enxerto de civilizações. Nenhuma cultura é uma ilha. **Foreign Affairs**. Princeton-Nova Jersey, n.4, v. 72. p.152-4, set.-out. 1993.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. De Gutenberg à Internet. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 377 p.
- DÁVILA, Sérgio. Instabilidade econômica vira caso de política. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p.A-16, 08 março 2009.
- FORST, Rainer. Os Limites da Tolerância. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: USP, n.84, p.15-29, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Revista Mana. Rio de Janeiro: Scielo, n.01, v.03, p.07-39. 1997.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru-SP. EDUSC, 2001.
- MACHADO, Márcia Benetti & JACKS, Nilda Aparecida. **O discurso jornalístico**. Anais do X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós. Brasília: UNB, 2001.
- MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: USP, n.49, p.47-62, 1997.



PRADO, José Luis Aida. **A invenção do mesmo e do outro na mídia semanal**. PUC-SP, São Paulo, 2008, 1 CD-ROM.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Editora Abril, 1973.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 3.ed. Rio de Janeiro. Editora Record. 1999.

----- **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.